



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
SECRETARIA DA FAZENDA
Contadoria Geral

RELATÓRIOS, DOCUMENTOS E
BALANÇOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
AO TCE-RS

EXERCÍCIO 2018



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
SECRETARIA DA FAZENDA
Contadoria Geral

RELATÓRIOS, DOCUMENTOS E
BALANÇOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
AO TCE-RS

EXERCÍCIO 2018



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
SECRETARIA DA FAZENDA
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Exmo. Sr
Presidente do TCE – Tribunal de Contas do Estado

Prezado Senhor.

Em atenção ao disposto no Art. 113, letra “a”, da Resolução 544/2000 do RITCE regulamentado pela Resolução nº 962/2012, tenho a satisfação de apresentar a V. Sa. o relatório do Balanço Geral da Administração Direta, relativo ao **Exercício de 2018**, acompanhado da presente exposição, que visa demonstrar a situação Econômica/Financeira do Município, conforme resolução do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, como segue abaixo.

01 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

01.1 – ORÇAMENTO

A Lei de Meios para o exercício financeiro de 2018 estimou a Receita Municipal Líquida em R\$ 195.732.940,00 e fixando a Despesa em igual valor, sendo demonstrada na seguinte forma: No Poder Executivo: Despesa Orçamentária em R\$ 149.997.080,00 e Interferências Passivas em R\$ 36.886.423,00; No Poder Legislativo: Despesa Orçamentária em R\$ 7.779.437,00 e Interferências Passivas em R\$ 1.070.000,00 totalizando o valor de R\$ 8.849.437,00

Entretanto, no Poder Executivo com a abertura de Créditos Adicionais no decorrer do exercício, estas cifras foram alteradas, conforme demonstra o quadro a seguir:

Despesa Fixada no Executivo		186.883.503,00
(+) Créditos Adicionais		
Suplementares	77.130.865,54	
Especiais	19.185.298,86	
Extraordinários	0,00	
(-) Reduções	75.064.947,70	

Verifica-se que houve um incremento no Orçamento no montante de R\$ 19.185.298,86 oriundos do produto de provável maior arrecadação de receitas do FPM, ICMS, IPVA bem como os provenientes de Receitas de Convênios e Auxílios recebidos no exercício no montante descrito.

01.2 - CRÉDITOS ADICIONAIS

No exercício financeiro de 2018, foram autorizadas as abertura de créditos adicionais que totalizaram a soma de R\$ 96.316.164,40 dos quais, os Créditos Suplementares somam o valor de R\$ 77.130.865,54 e os Créditos Especiais que por sua vez somam o valor de R\$ 19.185.298,86 tendo sido utilizado para cobertura dos mesmos a Redução de dotações orçamentárias na ordem de R\$ 75.064.947,70 e o produto de maior arrecadação e de convênios e auxílios verificada no decorrer do corrente exercício na ordem de R\$ 19.185.298,86

ORÇAMENTO					
DOTAÇÃO INICIAL	MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA				DOTAÇÃO ATUALIZADA
	CRÉDITOS ADICIONAIS			REDUÇÃO	
	SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINARIO		
186.883.503,00	77.130.865,54	19.185.298,86	-	75.064.947,70	208.134.719,70

01.3 - ANÁLISE DA RECEITA

A Receita realizada no exercício em questão atingiu o montante de R\$ 191.344.275,94 sendo o seu comportamento traduzido no quadro a seguir:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c=b-a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	194.800.879,00	198.121.007,83	191.344.275,94	6.776.731,89
RECEITAS CORRENTES	192.158.876,00	195.479.004,83	189.489.521,96	5.989.482,87
RECEITA IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	51.676.167,00	51.676.167,00	32.139.424,44	19.536.742,56
IMPOSTOS	42.482.637,00	42.482.637,00	22.495.166,24	19.610.534,88
MULTAS E JUROS DE MORA	82.415,00	82.415,00	106.815,44	352.535,44
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.903.104,00	1.903.104,00	3.257.045,38	-1.353.941,38
TAXAS	7.208.011,00	7.208.011,00	6.280.397,38	927.613,62
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.168.267,00	4.168.267,00	3.252.207,23	916.059,77
CONT CUSTEIO DO SERV ILUMINAÇÃO PÚBLICA	4.168.267,00	4.168.267,00	3.252.207,23	916.059,77
RECEITA PATRIMONIAL	4.291.488,00	4.291.488,00	1.114.512,84	3.176.975,16
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	202.148,00	202.148,00	295.083,78	-92.935,78
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.089.563,00	1.089.563,00	819.429,06	269.910,94
RECEITA DE SERVIÇOS	123.913,00	123.913,00	47.764,77	76.148,23
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	128.967.970,00	128.967.970,00	145.986.888,72	-17.018.918,72
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	127.796.271,00	127.796.271,00	144.442.200,57	-17.391.907,85
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.171.699,00	1.171.699,00	1.544.688,13	-372.989,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.931.071,00	6.251.199,83	6.948.723,96	-697.524,13
MULTAS E JUROS DE MORA	124.247,00	124.247,00	31.374,07	92.872,93
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	744.269,00	4.064.397,83	5.079.645,38	-1.015.247,55
Receitas Diversas	2.186.802,00	2.186.802,00	1.869.078,58	317.723,42
RECEITAS DE CAPITAL	2.642.003,00	2.642.003,00	137.920,00	2.213.320,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.642.003,00	2.642.003,00	1.854.753,98	787.249,02
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.642.003,00	2.642.003,00	1.854.753,98	787.249,02
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	932.061,00	932.061,00	0,00	932.061,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS(I)	195.732.940,00	199.053.068,83	189.489.521,96	5.989.482,87
REFINANCIAMENTO(II)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(III)=(I+II)	195.732.940,00	199.053.068,83	189.489.521,96	5.989.482,87
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO (IV)	-	-	-	-
TOTAL(V)=(III+IV)	195.732.940,00	199.053.068,83	191.344.275,94	7.708.792,89

As receitas da União e do Estado, alocadas como Transferências Correntes no estrutural 17.00 e 24.00 e deduzidas as receitas do FUNDEB e outras deduções, por sua vez atingiram o montante de R\$ 147.841.672,70 correspondendo a **77,26%** (setenta e sete ponto vinte e seis por cento) da receita realizada total, ficando desta forma o percentual de **22.74 %** (vinte e dois ponto setenta e quatro por cento) de outras receitas arrecadadas do Município.

Verifica-se também que gerou um déficit na receita realizada na ordem de R\$ 7.708.792,89 a menor do que a previsão. No entanto, salientamos que houve neste

exercício, algumas receitas que houve maior arrecadação em proporção ao valor estimado, mesmo assim a grande maioria ficou abaixo do previsto.

01.4 - ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada para o exercício sofreu alterações em face da abertura dos Créditos Adicionais, tendo atingido o montante de R\$ 208.134.719,70 sendo o seu comportamento traduzido no quadro a seguir:

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i=e-h)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM)(VIII)	149.997.080,00	180.681.782,68	167.567.316,50	152.080.490,25	147.077.418,28	13.114.466,18
DESPESAS CORRENTES	138.917.846,00	170.297.378,14	161.672.557,90	147.368.840,05	142.585.000,17	8.624.820,24
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	70.023.108,00	90.497.127,61	89.890.425,93	85.054.187,30	84.369.641,53	606.701,68
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	59.840,00	59.840,00	14.173,26	14.173,26	14.173,26	45.666,74
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	68.834.898,00	79.740.410,53	71.767.958,71	62.300.479,49	58.201.185,38	7.972.451,82
DESPESAS DE CAPITAL	8.379.234,00	10.384.404,54	5.894.758,60	4.711.650,20	4.492.418,11	4.489.645,94
INVESTIMENTOS	4.378.928,00	7.344.098,54	2.880.046,66	1.728.266,42	1.543.209,42	4.464.051,88
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.000.306,00	3.040.306,00	3.014.711,94	2.983.383,78	2.949.208,69	25.594,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.700.000,00	0	0	0	0	0
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	36.886.423,00	27.452.937,02	26.532.172,96	26.404.120,32	18.243.875,45	920.764,06
SUBTOTAL DAS DESPESAS(VI)	186.883.503,00	208.134.719,70	194.099.489,46	178.484.610,57	165.321.293,73	14.035.230,24

A maior concentração dos dispêndios públicos verificou-se no elemento Despesas com Pessoal e Encargos, onde atingiu as cifras de R\$ 111.458.307,62 chegando a 62,45 (sessenta e dois ponto quarenta e cinco por cento) da despesa total liquidada, excluída as Transferências Financeiras concedidas ao Legislativo.

Os empenhos do RPPS para amortização do passivo atuarial no valor de R\$ 17.575.269,34 foram anulados conforme autorização da lei municipal 7433 de 17/12/2018 e passaram a somar no passivo não circulante alocados na conta SISPREM-Dívida previdenciária.

02 - GESTÃO FINANCEIRA

02.1 - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui-se na peça básica para a demonstração da gestão financeira, desenvolvida ao longo de um período de doze meses, conjugando operações de Receita e Despesa orçamentária, além daquelas que por natureza independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no final do exercício.

Demonstra a efetiva movimentação dos recursos arrecadados e as despesas executadas, conjugando seus valores com a demonstração financeira descrita a seguir.

INGRESSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		191.344.275,94	165.104.556,48
Ordinária		93.501.732,01	79.146.469,54
Vinculada		97.842.543,93	85.958.086,94
Recursos Vinculados à Educação		40.766.098,59	35.520.476,80
Recursos Vinculados à Saúde		48.808.044,49	42.882.284,74
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		0	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS		0	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0	0,00
Outras Destinações de Recursos		8.268.400,85	7.555.325,40
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0	0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0	0,00
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária		0	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPP		0	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGP		0	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		70.790.458,30	88.938.686,13
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		15.614.878,89	9.727.434,79
Inscrição de Restos a Pagar Processados		13.163.316,84	27.236.817,96
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		42.012.262,57	44.286.688,80
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0	7.687.744,58
Saldo do Exercício Anterior (IV)		32.686.754,65	27.846.422,75
Caixa e Equivalentes de Caixa		19.762.329,70	22.659.575,75
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		12.924.424,95	0
TOTAL(V) = (I+II+III + IV)		294.921.488,89	276.702.818,36
DISPÊNDIOS		Exercício Atual	
Despesa Orçamentária (VI)		193.981.944,90	185.108.100,86
Ordinária		79.977.318,90	73.835.445,03
Vinculada		114.104.626,00	111.272.655,83
Recursos Destinados à Educação		51.019.374,41	49.851.551,29
Recursos Destinados à Saúde		56.101.789,27	54.362.339,46
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		0	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS		0	0
Recursos Vinculados à Assistência Social		0	0
Outras Destinações de Recursos		6.983.462,32	7.058.765,08
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		9.901.959,69	7.905.018,89
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		9.901.959,69	7.905.018,89
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária		0	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RP		0	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RG		0	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		57.117.439,53	63.927.368,91
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		6.798.681,30	6.793.257,37
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		4.121.719,79	2.217.256,54
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		46.178.571,70	39.272.344,20
Outros Pagamentos Extraorçamentários		18.466,74	15.644.510,8
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		33.702.600,21	19.762.329,70
Caixa e Equivalentes de Caixa		23.896.816,27	19.762.329,70
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		9.805.783,94	0
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		294.703.944,33	276.702.818,36

O saldo Financeiro acima verificado confere com o constante do Ativo Circulante no grupo: Caixa e Equivalente de Caixa do Balanço Patrimonial, conforme Anexo nº 14 da Lei nº 4.320/64.

Os valores descritos como receita orçamentária, corresponde aos valores da Receita Corrente e Receita de Capital, excluídas as deduções efetuadas do FUNDEB e outras deduções da Receita Corrente.

Os valores descritos como receita extra-orçamentária, correspondem aos valores movimentados no passivo financeiro na coluna créditos, tais como receitas de depósitos, consignações, cauções e de fundos, conforme demonstrado no Passivo Circulante.

Os valores descritos como despesa extra-orçamentária, correspondem aos valores movimentados no passivo financeiro da coluna débitos, relativos a Depósitos, Consignações, Fundos e Restos a Pagar de exercícios anteriores, conforme demonstrado no Passivo Circulante.

Os valores descritos como Interferência Passiva, correspondem aos valores das Transferências Financeiras realizadas com a remessa de recursos municipais a outros órgãos do Município, tais como Poder Legislativo e Dae - Departamento de Água e Esgotos, conforme demonstrado no balancete de verificação do exercício.

02.2 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial demonstra a situação financeira da entidade e deve expressar de forma quantitativa e qualitativamente, o Patrimônio do Município, demonstrando a posição do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, e informando a situação dos bens, direitos e obrigações em determinado momento, considerando-se a origem e aplicação dos recursos à disposição da Azienda Pública.

Assim, colocando a situação do patrimônio do Município segundo este documento que é a seguinte:

Em relação ao Ativo Circulante.

TÍTULOS	VALOR
(+) ATIVO CIRCULANTE	47.489.377,51
	22.567.614,52
(-) PASSIVO CIRCULANTE	
Saldo Financeiro verificado	24.567.614,52

Em relação ao Ativo Permanente.

TÍTULOS	VALOR
(+) ATIVO NÃO CIRCULANTE	194.078.631,34
(-) PASSIVO NÃO CIRCULANTE	192.053.181,66
Saldo Patrimonial Verificado	2.025.446,68

Com base nos demonstrativos elencados, vimos que os valores do Ativo Circulante Líquido e os do Ativo Não Circulante Líquido, nos conduzem ao resultado patrimonial do exercício, ou seja, o Patrimônio Contábil do Município, conforme demonstrado a seguir:

RESUMO PATRIMONIAL 2018	
(+) ATIVO CIRCULANTE LÍQUIDO	24.567.614,52
(+) ATIVO NÃO CIRCULANTE LÍQUIDO	2.025.449,68
(=) SALDO PATRIMONIAL (Ajustado financeiramente)	26.593.064,20

O valor descrito de R\$ 26.593.064,20 (vinte e seis milhões, quinhentos e noventa e três mil e sessenta e quatro reais e vinte centavos) é representado contabilmente como Patrimônio Real Líquido da Administração Municipal.

Com relação ao Saldo Patrimonial Líquido do Município, observa-se que obteve um decréscimo no exercício na ordem de R\$ 9.505.064,20 (nove milhões e quinhentos e cinco mil e sessenta e quatro reais e vinte centavos) passando o mesmo de R\$ 36.098.825,70 para o montante de R\$ 26.593.064,40 resultado das variações verificadas no financeiro e patrimonial, todos demonstrados no quadro Demonstrativo do Balanço Patrimonial da Lei 4.320/64.

02.3 - DÍVIDA PÚBLICA

A dívida pública são compromissos assumidos pelo Município gerados em sua gestão, destinados a manutenção ou a investimentos realizados, que podem ser cumpridos a curto prazo, denominados de dívida flutuante, e a longo prazo, denominados de dívida fundada.

O Município mantém essas dívidas descritas em sua contabilidade junto ao passivo, com registros periódicos de sua movimentação financeira.

Os valores da **dívida fundada** interna pública municipal que compreende os compromissos de exigibilidade contraídos para atender a desequilíbrios orçamentários ou a financiamentos de obras, serviços públicos, parcelamentos previdenciários e financeiros e outras dívidas contratuais, atingiu no município o montante de R\$ 192.053.181,66 decorrentes de parcelamentos contraídos junto à RGE Sul, e

devidamente autorizadas em Lei e da Dívida Previdenciária junto ao INSS e Sisprem - Sistema de Previdência Municipal, todos devidamente parcelados.

A posição destas dívidas em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	192.053.181,66	136.125.284,96
OBRIGAÇÕES TRABALH., PREVIDENC. E ASSISTENCIAIS A LONGO PRAZO	181.143.012,71	123.936.990,40
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	181.143.012,71	123.936.990,40
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	6.383.927,93	10.146.910,16
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO – INTERNO	6.383.927,93	10.146.910,16
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	2.931.880,71	2.931.880,71
OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	2.931.880,71	2.931.880,71
RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (VPA) DIFERIDA	0,00	0,00
(-) CUSTO DIFERIDO	0,00	0,00
	192.053.181,66	136.125.284,96

Os valores da **dívida flutuante** do Município importa neste final de exercício em R\$ 22.921.762,99 apresentando a seguinte composição:

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE	22.921.762,99	69.439.143,52
OBRIGAÇÕES TRABALH., PREVIDENC. E ASSISTENC. A CURTO PRAZO	11.029.120,10	50.385.926,11
PESSOAL A PAGAR	1.836.968,50	50.385.926,11
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0	0,00
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0	0,00
FORNECED. E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	4.212.667,71	7.206.933,10
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS	4.212.667,71	
FORNECEDOR/CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS	0	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS-CURTO PRAZO COM UNIÃO	0	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	7.679.975,18	11.846.284,31
VALORES RESTITUÍVEIS	7.679.975,18	11.846.284,31
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		0,00

Demonstramos a seguir a totalização da Dívida Pública do Executivo na seguinte composição:

TÍTULOS	Saldo Exercício Atual	Saldo Exercício Anterior
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	192.053.181,66	136.125.284,96
DÍVIDA FLUTUANTE	22.921.762,99	69.438.669,81

DIVIDA PATRIMONIAL	214.974.944,65	205.563.954,77
Restos a Pagar não Processados	15.614.878,89	9.727.434,79
DIVIDA TOTAL FINANCEIRA	230.589.823,54	215.291.389,56

02.4 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Neste resumo apresentamos as movimentações ocorridas durante o exercício, das variações patrimoniais orçamentárias e independentes da execução orçamentária, que irão nos informar o resultado final da gestão patrimonial.

A demonstração das variações patrimoniais informa as alterações efetivas sofridas pelo Patrimônio durante o exercício, que na realidade indica os recursos financeiros efetivamente obtidos e por outro lado, os recursos aplicados nas várias atividades executadas pela administração.

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	234.806.978,92	172.561.152,20
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.891.181,42	11.237.927,84
Contribuições	3.369.864,46	3.134.184,70
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.517.962,86	1.141.460,19
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.831.341,10	2.605.055,07
Transferências e Delegações Recebidas	161.626.679,03	150.467.162,61
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	51.647.267,39	5.087,32
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	6.922.682,66	3.970.274,47
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	234.806.978,92	172.561.152,20
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	250.269.559,77	200.258.886,35
Pessoal e Encargos	157.394.539,50	110.116.249,50
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	94.706,72	98.712,63
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	66.795.489,33	56.286.174,21
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	7.492.188,27	272.902,19
Transferências e Delegações Concedidas	10.188.053,56	8.269.330,26
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	1.501.142,32	21.889.441,22
Tributárias	2.059.550,06	1.711.030,09
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.743.890,01	1.615.046,25
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	250.269.559,77	200.258.886,35
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	-15.462.580,85	-27.697.734,15

A diferença apurada, seja positiva, negativa ou nula, entre as variações patrimoniais, esta integrada ao saldo patrimonial da entidade administrativa.

03 – GESTÃO DOS RECURSOS DA EDUCAÇÃO

Com referência aos recursos administrados pela Secretaria de Educação, temos a aplicação de recursos na despesa empenhada total do ano, ordem de R\$ 57.312.108,31 ao qual importa em 29,95% (vinte e nove ponto noventa e cinco por cento) de recursos aplicados pela Secretaria de Educação com relação à receita orçamentária total do Executivo, na ordem de R\$ 191.344.275,94 cumprindo assim o “caput” do **Art. 191 da Lei Orgânica Municipal**, com exceção do parágrafo único deste artigo, ao qual destina no mínimo 10% (dez por cento) em aplicação à manutenção, conservação, ampliação e construção das escolas públicas municipais onde foi aplicado R\$ 9.350,00 de investimento.

Em relação aos recursos aplicados em **Educação** conforme determina o **Art. 212 da Constituição Federal**, o Poder Executivo, obteve uma participação superior aos limites mínimos obrigatórios, executando a aplicação geral em educação na ordem de 29,55 % (vinte e nove ponto cinquenta e cinco por cento), considerados a despesa liquidada com Fundeb e MDE, na ordem R\$ 38.040.917,10 já precedidos dos ajustes legais do Fundeb.

CALCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
1 - RECEITA BASE DE IMPOSTO E TRANSFERÊNCIAS AO ENSINO	128.712.516,77
1 - 1 PERCENTUAL MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM MDE : 25%	32.178.129,19
2 - APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ART. 122 da CF = (a + b + c + d + e)	45.386.146,57
a) DESPESA EM EDUCAÇÃO INFANTIL	3.458.625,09
b) DESPESA EM ENSINO FUNDAMENTAL	37.507.861,11
c) DESPESA EM ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.366.328,54
d) DESPESA EM ENSINO MÉDIO	53.331,83
e) Despesas Liquidadas de Restos a Pagar – TCE	0
2 - 1 - DEDUÇÕES DA DESPESA (f + g + h)	7.345.229,47
f) PLUS DO FUNDEB = (f1 – f2)	7.309.516,90
f-1) Valor financeiro recebido	7.952.439,43
f-2) Valor financeiro em conta bancária	642.922,53
g) RECEITA RENDIMENTOS FINANC – MDE/FUNDEB	35.712,57
h) CONTRIBUIÇÃO PREVIDENC. ESPECIAL – SISPREM	0,00
2 - 2 - TOTAL LIQUIDO DA APLICAÇÃO (2 – 2.1)	38.040.917,10
3 - ÍNDICE LEGAL NA APLICAÇÃO EM MDE = (2.2 / 1) %	29,55 %

O Município efetuou uma receita bruta na ordem de R\$ 191.344.275,94 sendo que a receita Base de Cálculo para Aplicação do Art. 212 da CF importa em R\$ 128.712.516,77 ao qual destina o valor mínimo de 25% para aplicação em Educação no valor de R\$ 32.178.129,19.

A despesa liquidada em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no período, foi no valor bruto de R\$ 45.386.146,57 que realizada as deduções respectivas na ordem de R\$ 7.345.229,47 fica a aplicação líquida de R\$ 38.040.917,10, portanto, superior em R\$ 5.862.787,91 ao limite legal.

Dentro dos valores aplicados em manutenção e desenvolvimento da educação, temos a destinação dos valores brutos de R\$ 24.493.433,29 para o Fundeb e R\$ 20.892.713,28 para o MDE além de outros recursos vinculados à educação que não fazem parte no computo geral do índice legal.

Ainda dentro dos recursos orçamentários administrados pela Secretaria de Educação que constituem gastos vinculados ao computo do índice de aplicação do art. 122, temos ainda, a aplicação no Ensino Fundamental, Ensino Infantil, Ensino Médio e Superior que são geridos com recursos livres e outros recursos vinculados da educação, bem como recursos de MDE e Fundeb que não foram liquidados no ano e que montam a aplicação de R\$ 7.316.069,51. Todos estes recursos totalizam a aplicação geral de despesa empenhada junto a Secretaria de Educação na ordem de R\$ 49.996.032,50

VALOR DA APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO ANO DE 2017		
1 Valor Liquidado no recurso	Fundeb	24.493.433,29
2 Valor Liquidado no recurso	MDE	20.892.713,28
Sub Total		45.386.146,57
3 Valor liquidado Diversos		4.609.892,23
Total Geral		49.996.032,80

04 – GESTÃO DOS RECURSOS DA SAÚDE

Em cumprimento a Emenda Constitucional nº 29/2000, que estabelece normas para assegurar recursos mínimos ao cumprimento das Ações e Serviços Públicos de Saúde aos Municípios, destaca-se o esforço da administração para a observância dessas normas e obrigações.

CALCULO DO LIMITE MÍNIMO COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	
1 - TOTAL DA RECEITA BASE DE IMPOSTO E TRANSFERÊNCIAS A SAÚDE	128.712.516,77
PERCENTUAL LEGAL MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM ASPS : 15%	19.306.877,52
2 - APLICAÇÃO EM SAÚDE – E.C nº 29 / 2000 = (a + b + c + d)	26.739.854,88
a) Atenção Básica	26.638.512,52
b) Suporte profilático e Terapêutico	58.350,10
c) Vigilância Sanitária	29.676,78
d) Vigilância epidemiológica	13.315,48
d) DESPESAS DE RESTOS A PAGAR –Liquidados	0
DEDUÇÕES DA DESPESA	
e) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO SUS/FES	0
f) RECEITA DE RENDIMENTOS FINANCEIROS – ASPS	2.127,35
g) CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA ESPECIAL – SISPREM	0,00
h) TOTAL = (e+f+g)	4.116,09
i) TOTAL LIQUIDO DA APLICAÇÃO = (a+b+c+d-g)	26.737.727,53
j) ÍNDICE LEGAL APURADO NA APLICAÇÃO EM ASPS = (i / 1 x 100)	20,77%

Com relação aos recursos administrados pela Secretaria de Saúde, temos a aplicação total dos valores empenhados na ordem de R\$ 56.495.277,35 sendo que os empenhos liquidados são na ordem de R\$ 51.301.155,45.

Nos valores liquidados em que os apuramos os recursos próprios aplicados em Saúde, denominados de ASPS - Ações e Serviços Públicos de Saúde, são na ordem de R\$ 26.739.854,88. Deste valor procedemos as deduções na ordem de R\$ 2.127,35 conforme relatório acima, resultando no valor líquido de R\$ 26.737.727,53

Com a base de cálculo de arrecadação para a saúde na ordem de R\$ 128.712.516,77 e tendo como aplicação mínima legal de 15%, apuramos o valor de R\$ 19.306.877,52 como limite mínimo em saúde com ASPS.

Como aplicamos o valor líquido de R\$ 26.737.727,53 conforme demonstrativo depreende-se então uma aplicação a maior em ASPS – Ações e Serviços Públicos de Saúde na ordem de R\$ 7.430.850,01 que foi coberta com recursos próprios municipais.

O percentual mínimo legal a ser aplicado em saúde pelo município como ASPS, deve ser de no mínimo **15 %**, e que no corrente exercício de 2018, foi apurado o percentual de **20,77 %** (vinte ponto oitenta e oito por cento).

Esclarecemos que nos valores alocados como ASPS, esta excluído e não computados os recursos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde Federal - SUS e

Fundo Estadual de Saúde – FES, que são verbas vinculadas e não entram no computo dos gastos mínimo em saúde do município.

Ainda dentro dos recursos orçamentários administrados pela Secretaria de Saúde que constituem gastos vinculados ao computo do índice de aplicação da E.C. 29, temos também a aplicação em Saúde de recursos oriundos do SUS – Governo Federal e SUS/FES – Governo Estadual que são geridos com recursos vinculados e outros recursos originários de convênios ou aporte municipal próprio. Todos estes recursos totalizam a aplicação geral junto a Secretaria de Saúde na ordem de R\$ 51.301.155,45 conforme quadro abaixo.

VALOR DA APLICAÇÃO EM SAÚDE NO ANO DE 2018		
1	Valor Liquidado no recurso	ASPS
2	Valor Liquidado no recurso	SUS/FES
		Sub Total
3	Valor Liquidado diversos	
Total Geral		

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colocamos como observação as seguintes informações, que ajudam a melhor visualizar a situação da Administração Pública Municipal do Executivo, como segue:

- 1- As transferências realizadas ao Poder Legislativo, a título de Duodécimo montam o valor de R\$ 9.114.762,26 representando o percentual de 7 % da receita base de cálculo do Executivo, já corrigida, na ordem de R\$ 130.223.496,40 do ano anterior, conforme dispõem a Emenda Constitucional nº 25 de 14/02/2000 e cálculos demonstrados no SIAPC/PAD/2017;
- 2- O Poder Legislativo Municipal recebeu no período de 2018 os repasses legais constitucionais em datas aprazadas pelo montante de R\$ 9.114.762,26 assim constituído:

2.1. R\$ 95.404,16 (valor não devolvido em 2018) considerado como adiantamento;

2.2. R\$ 200.000,00 (destinados a Santa Casa conforme Ofício 165/2018)

2.3. R\$ 12.794,36 (parcelamento do INSS/Legislativo descontado da parcela do FPM)

2.4. R\$ 8.806.563,74 (repasse direto)

2.5. Na data de 28/12/2018 foi devolvido aos cofres municipais o valor de R\$ 100.000,00.

- 3- As despesas com pessoal civil e encargos patronais no período, para efeito de cumprimento da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, repercutem o índice de **49,73** (quarenta e nove ponto setenta e três por cento) do total da receita corrente líquida consolidada do município, ao que montam o valor de R\$ **103.078.859,24** com despesa de pessoal e encargos, já feita às deduções de contribuição previdenciária especial ao Sisprem, ao qual é calculado sobre a **Receita Corrente Líquida consolidada do município**, na ordem de **R\$ 207.264.081,14**.

Despesa com Pessoal – Consolidada (Prefeitura e autarquias)	Despesa Executada com Pessoal
	Despesas - Últimos 12 Meses
	LIQUIDADAS (a)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	
Pessoal Ativo	86.507.564,96
Pessoal Inativo e Pensionistas	
Outras Despesas Pessoal decorrentes de Contratos Terceirização	16.571.294,28
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL)	103.078.859,24

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA -últimos 12 meses	207.264.081,14
---	-----------------------

Índice de despesa de pessoal apurado - bruta	58,29 %
Índice de despesa de pessoal apurado - líquida	49,73 %

Com relação ao impacto financeiro da despesa de Pessoal e Encargos efetivamente aplicada no período de 2018, monta o valor líquido de R\$ **103.078.859,24** o que representa o percentual de 49,73% (quarenta e nove ponto setenta e três por cento) da nossa receita corrente líquida;

- 4- O valor da Dívida Flutuante Municipal no exercício obteve um decréscimo na ordem de R\$ 46.517.380,53 oriundo dos cancelamentos dos Restos a Pagar processados e despesa orçamentária com o Sistema de Previdência Municipal- RPPS que passaram a compor a dívida previdenciária do exercício corrente.

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE	22.921.762,99	69.439.143,52
OBRIGAÇÕES TRABALH., PREVIDENC. E ASSISTENC. A CURTO PRAZO	11.029.120,10	50.385.926,11
FORNECED. E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	4.212.667,71	7.206.933,10
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	7.679.975,18	11.846.284,31

- 5- Os investimentos efetuados no exercício de 2018 representam um total de o índice de 0,34 % da despesa empenhada total do Executivo, montando o valor de R\$ 1.728.266,42 contra o índice de 0,34% do exercício de 2017. Demonstra assim que no período houve menos investimentos que no ano anterior, com uma redução de 2,53 % (três ponto zero nove por cento), isso em razão das dificuldades financeiras, ocasionando poucos recursos ao qual a administração pode destinar a sua gestão;
- 6- O valor representado pela Reserva de Contingência na ordem de R\$ 2.700.000,00 serviu para cobertura de insuficiência de saldo orçamentário de folha de pessoal.
- 7- Considerando a execução da receita orçamentária arrecadada na ordem de R\$ 191.344.275,94 com a despesa orçamentária empenhada na ordem de R\$ 194.099.489,46 observa-se que houve no exercício um déficit orçamentário na Administração do Executivo na ordem de R\$ 2.755.213,52 demonstrando assim um desequilíbrio orçamentário nos controles do Executivo. Porém, acrescentando as transferências financeiras ao Poder Legislativo na ordem de R\$ 9.114.762,26 temos um déficit maior de R\$ 11.869.975,78 originado pela diferença entre a receita orçamentária total e a despesa total.
- 8- Quanto à despesa, cabe mencionar que o déficit orçamentário não foi maior tendo em vista a anulação de empenhos do RPPS para amortização do passivo atuarial no valor de R\$ 17.575.269,34 que foram anulados

conforme autorização da lei municipal 7433 de 17/12/2018 e passaram a somar no passivo não circulante alocados na conta SISPREM- Dívida previdenciária.

- 9- Também se verifica que na Gestão do Executivo, a ocorrência de um decréscimo patrimonial na ordem de R\$ 9.505.761,50 originado da execução orçamentária e pela Variações Patrimoniais do período, resultando um Patrimônio Positivo no período de R\$ 26.593.064,20;

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RESULTADOS ACUMULADOS	36.098.825,70	36.098.825,70
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.093.950,79	21.621.209,86
SUPERÁVITS/DÉFICITS EXERCÍCIO ANTERIOR	36.098.825,70	42.174.999,30
SUPERÁVITS/DÉFICIT EXERCÍCIO	(15.599.712,29)	(27.697.383,46)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.593.064,20	36.098.825,70

- 10- Houve um aumento na dívida fundada pública municipal, representado pelo passivo em longo prazo, na ordem de R\$ 55.927.896,70 que era de R\$ 136.125.284,96 e passou para R\$ 192.053.181,66 em razão principal de que foram homologados pelo MPS os parcelamentos do SISPREM e incluídos os empenhos do passivo atuarial que foram anulados conforme lei municipal 7433 de 17/12/2018 e passaram a somar no passivo não circulante alocados na conta SISPREM- Dívida previdenciária, e atualização da dívida com INSS e RGE Sul.

Títulos	Anterior	Débitos	Créditos	Exercício Seguinte
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	123.046.494,09	56.009.646,14	114.106.164,76	181.143.012,71
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	10.146.910,16	5.263.530,40	1.500.548,17	6.383.927,93
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	-			
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	2.931.880,71	0	0	2.931.880,71
RESULTADO DIFERIDO	-			-
TOTAL	136.125.284,96	61.273.176,54	117.201.073,24	192.053.181,66

- 11- Os ajustes, decorrentes de omissões e erros de exercícios já encerrados foram efetuados na conta de Resultados de Exercícios anteriores e são decorrentes de pagamento da despesa cujo fato gerador foi distinto do exercício de 2018 e a regularização da devolução de saldo financeiro de convênios cuja despesa não havia sido contabilizada.
- 12- Quanto à dívida ativa do executivo, relativa à IPTU, ISSQN e Outras Receitas, houveram de cobrança no exercício de 2018 na ordem de R\$

7.490.757,79 representando o percentual de 3,915 % do total da receita arrecadada em 2018, contra 2,78 % do exercício de 2017. Embora tenha sido maior o percentual, o município continua com ações de resgate e cobrança da dívida ativa municipal;

Descrição	Valores
	2018
Receita da Dívida Ativa	
- Valor principal corrigido	4.757.054,59
- Multas e Juros de Mora da cobrança	2.733.703,20
Total	7.490.757,79

- 13- Em relação ao patrimônio municipal, estão sendo direcionadas algumas ações de controle e levantamento dos bens públicos municipais, através da criação de comissões de levantamento e avaliação dos mesmos para inclusão no sistema de cadastro informatizado do município, mas que ainda não estão disponibilizados a contabilidade geral municipal;
- 14- Quanto ao valor da dívida ativa municipal, composta de créditos Tributários de IPTU / ISSQN e outros créditos não tributários, ao qual montava o valor de R\$ 129.372.186,92 passou para R\$ 134.323.975,78. Nota-se que houve um acréscimo no valor registrado em função das atualizações das dívidas e inscrição de novos créditos do período, bem como o lançamento dos encargos de juros e multa de mora da dívida ativa municipal contabilizados até o exercício;

Descrição	Valores	
	2018	2017
Dívida Ativa - créditos tributários e não tributários		
Créditos Tributários	155.311.257,94	146.230.846,96
Créditos Não Tributários	9.063.430,75	4.750.090,26
(-) Ajuste de Perdas de créditos	30.050.712,91	21.608.750,30
Total	134.323.975,78	129.372.186,92

- 15- Com relação aos relatórios contábeis e financeiros emitidos pela Secretaria de Educação e pela Secretaria da Saúde, esclarecemos que os mesmos são elaborados em dados extraídos pela contabilidade geral através de seus sistemas de informática em conjunto com informações contidas pelo SIAPC / PAD e o SICONFI do 6º bimestre de 2018.

- 16- Quanto ao prazo, informamos que a alteração da entrega do relatório de encerramento do exercício cujo prazo era final de março para final do mês de janeiro coincidiu com entrega do SICONFI e PAD.

Ao ressaltarmos no presente relatório os principais aspectos Econômico-financeiros do exercício de 2018, procurando fazê-lo de forma sintética, conforme disciplina e determina à resolução do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, ficando este Departamento de Contabilidade a disposição de Vossa Senhoria para todo e qualquer esclarecimento que porventura se fizer necessário.

Sant'Ana do Livramento, 28 de janeiro de 2019.



SOLIMAR CHAROPEN GONÇALVES
Prefeito Municipal



MAURO DIAS FERNANDES
Contador CRC/RS 56.892
Mauro Dias Fernandes
CRC/RS 56892
Matrícula 22307